

Ulysses diz que jamais viu "tão grave atitude"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem num debate: "Em toda a História republicana, nunca vi atitudes tão graves como a dos quatro governadores contra ministros de Estado".

Ulysses Guimarães fez a declaração em conversas informais com parlamentares, informando, também, que havia recebido telefonema do presidente Sarney, manifestando sua "enorme surpresa" diante da posição assumida pelos governadores Orestes Quêrcia, Newton Cardoso, Moreira Franco e Marcelo Miranda. O presidente da República garantiu ao presidente do PMDB que a posição dos quatro governadores o apanhara de surpresa.

Oficialmente, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não quis comentar a reação do presidente

Sarney à pressão dos governadores de São Paulo, Orestes Quêrcia, do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e de Minas, Newton Cardoso, contra o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro. "Quem tem que responder pelos erros e acertos do seu governo é o presidente Sarney, que é o responsável pela manutenção e substituição de ministros" — disse ele.

Ulysses Guimarães ficou irritado com a insistência dos repórteres em saber a sua opinião a respeito da decisão dos governadores peemedebistas de pedir a demissão de Dilsen Funaro. "Eu quero dizer que esse assunto de ministro e de Ministério é da responsabilidade do presidente da República."

A um repórter que lembrou que a direção do PMDB, na semana passada, manifestara apoio oficial ao ministro da Fazenda e à forma como vêm sendo conduzidas as negociações da dívida externa, Ulysses explodiu: "Eu já dei minha opinião sobre isso. Não tenho mais nada a acrescentar".



Alencar Monteiro — 19/3/87

Covas acha que a reforma ministerial não é urgente

Covas nega ausência de plano

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), discordou ontem da proposta de reforma ministerial urgente, visando principalmente o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, e o das Minas e Energia, Aureliano Chaves, apresentada pelos governadores de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Covas também não concordou com a crítica de Orestes Quêrcia, Newton Cardoso, Moreira Franco e Marcelo Miranda de que o governo está sem um plano econômico.

Criticar e pedir a substituição do ministro da Fazenda, justamente quando ele está no Exterior (Funaro está realizando nova rodada de negociações com instituições e bancos internacionais, nos Estados Unidos) tentando renegociar a dívida brasileira, enfraquece sua representatividade, segundo Covas. O líder do PMDB negou, ainda, que o governo não tenha um plano econômico.

Este plano existe e foi apresentado pelo ministro da Fazenda ao partido, ainda na semana passada, o que levou a Executiva do PMDB a hipotecar todo seu apoio ao ministro Funaro e ao seu plano econômico, que, segundo Covas, tem um conteúdo estratégico de manutenção de investimentos contra a recessão e pela manutenção do crescimento e das oportunidades de emprego.

O que acontece no momento, explicou, são graves dificuldades conjunturais que se concentraram em um só período, criando um clima de desânimo e pessimismo. Essas dificuldades, segundo Covas, são representadas pelo pagamento do Imposto de Renda, aumento muito elevado dos aluguéis e o recrudescimento da inflação. Tudo isto, ressaltou Covas, após um período de seis ou sete meses de plena estabilidade na relação salário/preços e de uma situação de pleno emprego jamais vista no País.

Covas afirmou que a direção do PMDB deverá entrar em entendimento com os governadores que se reuniram ante-ontem, em São Paulo, com vistas a encontrar fórmulas de harmonizar suas posições com as do partido, que se manifestou explicita e publicamente de forma contrária. O líder do PMDB condenou que os governadores houvessem preferido externar também publicamente suas posições quando poderiam tê-lo feito através do partido ou diretamente ao presidente Sarney.

O líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna, também expressou a mesma opinião, reiterando que o problema da reforma ministerial é de exclusiva competência do presidente da República. Lembrou também Sant'Anna que o partido havia apoiado o presidente Sarney, seu programa econômico e o ministro da Fazenda, ao contrário dos quatro governadores, que, mesmo sendo do partido, optaram pela crítica.

Sant'Anna afirmou, ainda, que as afirmações dos governadores provocaram reações acima do merecido, devido ao longo período autoritário vivido pelo Brasil, quando a liberdade de pensamento e expressão foi tolhida e, hoje, quando exercitada, ainda provoca espanto.

Reinaldo considera a pressão legítima

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, considerou ontem em Porto Alegre, como "pressão legítima dos governadores" o alerta que Orestes Quêrcia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Marcelo Miranda fizeram ao presidente Sarney sobre a necessidade de reforma ministerial e demissão do ministro Dilsen Funaro.

Ele afirmou, porém, não ver "motivação do presidente para fazer uma reforma ministerial". Na sua opinião, o presidente Sarney já demonstrou que a sua prioridade é a solução dos problemas econômicos, mas observou que "isto não quer dizer que tenha necessidade de troca de ministros", referindo-se à possível demissão do ministro da Fazenda.

"Não se justifica", afirma deputado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"É irresponsabilidade que não se justifica." Assim, o presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), condenou a manifestação dos governadores de São Paulo, Rio, Minas e Mato Grosso do Sul a favor da reforma do Ministério e da saída de Aureliano Chaves da pasta de Minas e Energia.

Para o deputado mineiro, a nomeação ou demissão de ministros de Estado é de exclusiva competência do presidente da República e não assunto para governadores. "Eles que cuidem de seus respectivos Estados", ao invés de ficar criando problemas e intensificando a tendência ao rompimento da Aliança Democrática. Maurício Campos considera que a Nação vive momento grave e que o enfraquecimento do sistema de sustentação do governo pode levar a sérias crises, e adverte que a atitude dos governadores não será aceita passivamente.

O deputado José Lorenzo, líder do PFL na Câmara e na Constituinte, por sua vez, considera que a atitude dos governadores "faz parte do jogo político". Mesmo reconhecendo que o País atravessa um momento político delicado, ele se diz partidário de uma ampla reforma ministerial, que o presidente Sarney deverá empreender "na hora em que achar melhor", e não em função das posições tiradas em São Paulo pelos governadores. "Não apoio a posição dos governadores, eles é que parecem apoiar a minha tese", disse o líder, reforçando principalmente a necessidade do afastamento do ministro Dilsen Funaro.

O PMDB escolhe Cabral para relatar Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) é o presidente e o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) o relator da Comissão de Sistematização, instalada ontem à noite pela Assembleia Constituinte. O deputado Aluísio Campos (PMDB-PB) foi escolhido primeiro vice-presidente. A segunda vice-presidência ficou com o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ).

O PMDB precisou de duas votações para definir o nome do relator. Na primeira, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) perdeu por apenas cinco votos, enquanto Bernardo Cabral e o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) empatavam com 86 votos. No segundo turno, Cabral obteve 111 votos contra 90 de Pimenta. Cercado por vários parlamentares em seu gabinete, Pimenta da Veiga rejeitou a indicação feita pelo líder Mário Covas, para ser o primeiro-vice-presidente da Comissão. Mas depois de tomar conhecimento de um abaixo-assinado com 40 nomes em favor de sua candidatura, o deputado mineiro aceitou. Foi novamente derrotado, desta vez por Aluísio Campos, por 58 votos a 35. Divulgado o resultado, Mário Covas subiu à tribuna para lamentar a quebra de acordo em torno do nome de Pimenta da Veiga e assumiu o ônus da derrota.

O presidente eleito da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, assistiu ao lado da esposa, quase sempre em silêncio, aos inúmeros discursos e ao lento processo de votação, do qual saiu com 74 dos 86 votos (12 constituintes votaram em branco para o cargo). Em seu discurso, o senador relembrou os processos de elaboração das Constituições brasileiras. E frisou que todas tiveram um anteprojeto preliminar, somente a de 1946 que não teve, mas utilizou como tal a Constituição de 1934.

Já o relator, Bernardo Cabral, preferiu lembrar que partiu dele, há mais de um mês, a sugestão de que o cargo, diante dos três candidatos teria de ser decidido pela bancada, no voto, e não pela indicação do líder do PMDB na Constituinte. Ele admitiu que se não houvesse disputa a sua situação seria mais fácil, pelos laços de amizade que o ligam a Mário Covas. Juntos, no mesmo decreto, os dois foram cassados em janeiro de 1969, quando Covas era líder e ele o primeiro vice-líder do então MDB na Câmara.

No voto, Cabral frisou que lutou contra a situação adversa. Ele contava com apenas cinco votos da bancada do PMDB amazense, contra o poderio dos 37 peemedebistas de Minas Gerais a favor de Pimenta da Veiga, que tinha ainda parte da bancada paulista. "Esta foi a minha sétima disputa e a minha sétima vitória", disse.

Pela manhã, Mário Covas procurou manter-se, aparentemente, equidistante na disputa entre Fernando Henrique Cardoso, Pimenta da Veiga e Bernardo Cabral pelo cargo de relator da Comissão de Sistematização. Seu argumento era de que "seria uma injustiça convidar qualquer um dos três, pois todos têm os qualificativos para exercer a função". A vitória de Bernardo Cabral, no entanto, representou mais um ponto na caminhada de Mário Covas e também o fortalecimento do senador José Richa no PMDB.



Alencar Monteiro

Cabral, quase 20 anos fora do Congresso, depois de ter sido cassado pelo AI-5 em 1969

Um jurista, punido pelo AI-5

José Bernardo Cabral, 54 anos, entrou na política em 1958, quando foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Amazonas. No governo seguinte, de Gilberto Mestrinho, chefiou a Casa Civil. Em 1962, elegeu-se deputado federal e, na legislatura seguinte, decretado o AI-2, que extinguiu os antigos partidos, filiou-se ao MDB. Nessa época era líder do partido e atual senador e líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas. Cabral foi um de seus vice-líderes, iniciando uma longa amizade que dura até hoje e foi decisiva na sua indicação para relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, derrotando dois fortes adversários.

Em 1969, com a decretação do AI-5, entrou na terceira lista de cassações, juntamente com políticos como Wilson Martins e Mário Maia. A cassação de seus direitos políticos por dez anos significou, para Bernardo Cabral, a interrupção da carreira parlamentar, retomada nas eleições do ano passado, quando se elegeu deputado federal com o apoio do novamente governador Gilberto Mestrinho, quase 20 anos depois.

Eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil para o biênio 82/83, passou a defender eleições diretas para presidente da República, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o parlamentarismo, a reforma agrária e a extin-

ção da Lei de Segurança Nacional, entendendo que os crimes contra o Estado deveriam estar capitulados no Código Penal. "A Lei de Segurança Nacional, tal como se encontra — dizia ele ao ser eleito para a OAB — precisa de uma reformulação. Não se diga que um país só possa ter uma democracia estável sem a existência de uma Lei de Segurança. É incomodamente óbvio verificar que não se trata disso, mas, sim, de extirpar dela a sua utilização para invalidar o instituto da imunidade parlamentar, que é um atributo exclusivo do Poder Legislativo, não se confundindo com a figura do parlamentar. Vale dizer: a imunidade é norma de direito objetivo e não simplesmente um direito subjetivo".

ABERTURA

Cabral demonstrou à frente da OAB saber aproveitar os momentos históricos, não deixando passar a oportunidade de registrar suas estocadas na luta pelo restabelecimento da democracia. Quando o ex-presidente João Figueiredo sofreu o enfarte, em 1981, Cabral disse que o general havia conseguido, com sua doença, "estacar alguns apetites vorazes" que não queriam a abertura política. Sobre esses "apetites vorazes", definidos anteriormente pelo ex-presidente Ernesto Geisel como "bolsões radicais, mas sinceros", Cabral disse também à época que esses bolsões não eram tão sinceros

quanto imaginava Geisel. Cabral foi além. Revelou que esses "bolsões" foram os mesmos que provocaram a saída do general Golbery da Casa Civil do governo Figueiredo.

Cabral criticou muito, durante o regime militar, o descumprimento da Constituição, especialmente no que se referia à impossibilidade de o vice-presidente — então, Aureliano Chaves — substituir o general Figueiredo na Presidência. "Com a Revolução de 1964 — dizia Cabral — iniciou-se um período de descumprimento da Constituição, impedindo que os vice-presidentes assumissem". Mas demonstrava fé no futuro: "Caminhamos da rua estreita da abertura política para a avenida larga da democracia". Para chegar lá, — dizia — "é preciso livrar o caminho de alguns obstáculos como a Lei Falcão, Lei de Segurança Nacional e o decurso de prazo, por exemplo".

Logo após tomar posse, em fevereiro, passou a defender o parlamentarismo como forma ideal de governo para o Brasil: "Eu defendo o parlamentarismo, porque o nosso presidencialismo foi filho direto e dileto da monarquia. Nós tentamos o presidencialismo, copiando o modelo americano, sem observar que não daria certo para nós. Tanto não deu que os nossos presidentes ora se portavam como ditadores, ora como monarcas disfarçados. No parlamentarismo isso é evitado".

Arinos não pede nada, e ganha

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Enquanto numerosos constituintes foram à luta em busca de cargos na Assembleia Nacional Constituinte, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) não pediu nada, ficou fora de reuniões e conchavos e, literalmente quieto no seu canto, acabou ganhando a presidência da Comissão de Sistematização, a mais importante e disputada de todas. "Achei natural" — comentou.

Para conquistar o mandato de senador, depois de 20 anos afastado do Congresso, houve um paralelo. O presidente José Sarney solicitou ao deputado Rubem Medina (PFL-RJ) que armasse a candidatura, para fechar a Aliança Democrática no Rio de Janeiro. Depois do lançamento, com pompa e circunstância, Afonso Arinos permaneceu em casa. Não pisou em palanque e não falou em comício e foi no fim chamado de "garoto de Ipanema", aos 81 anos, pois recebeu quase 50% dos votos do bairro: "O fio-dental ficou comigo" — contou rindo.

A falta de gosto pela multidão, o barulho e o confronto oratório vêm levando Afonso Arinos a um confinamento em seu gabinete no Senado. A Constituinte até agora simplesmente não o interessou e, por isso mesmo, tem aproveitado esse período inicial para reter Machado de Assis e conhecer melhor Guilherme Merquior e Gore Vidal. Fora disso, preparou, a pedido do líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, um trabalho de 50 páginas sobre o parlamentarismo, sistema de governo de sua preferência.

BARREIRA PRESIDENCIALISTA

Além do temperamento, outro motivo leva o senador ao recolhimento: o presidencialismo. Isso porque, conforme acentua, torna vulnerável o sistema de representação e, neste momento, conduz a Constituinte à inoperância. Arinos tem a convicção de que tudo gira em torno de pessoas, e nunca de teses, em razão da herança presidencialista: "Isso provoca uma situação muito estranha, e até hoje não ouvi um discurso importante sobre qualquer assunto constitucional".

Segundo o senador, a sucessão nos Estados, no ano passado, ficou condicionada a nomes, e os partidos se tornaram instrumento de predomínio estadual, pelo número de elei-



Alencar Monteiro

Arinos atribui seu isolamento ao presidencialismo

tores, ou de disputas grupais dentro dos partidos. Na Assembleia Nacional Constituinte isso se repetiu, pois os cargos das comissões temáticas e subcomissões também levaram em consideração, basicamente, nomes.

Agora, como presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos passará a se movimentar mais. Vai se aproximar ainda mais de alguns amigos como o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, e se apoiar no relator e nos vice-presidentes do órgão: "Isso eu sei fazer pois fui líder da UDN, embaixador na ONU e chanceler". Contudo ainda não esboçou um esquema de trabalho.

Se depender de sua influência, alguns temas deverão ser examinados preliminarmente com vistas ao êxito da futura Carta. O princípio deles é o sistema de governo, porque, sem essa definição, a elaboração do texto constitucional será quase impossível.

CARTA MINUCIOSA

O sistema tributário é outro aspecto essencial, pois o senador frisa ser necessário conter a capacidade de emissão do governo federal, que merece supervisão e controle. A transferência de recursos para os Estados passa por aí, na sua opinião, e pede critérios que a Constituição poderá estabelecer: "A questão tributária incide sobre a definição do federalismo".

Afonso Arinos descarta a ideia de uma Constituição enxuta. O argumento de que o modelo norte-americano é ideal, para ele, não passa de desconhecimento, já que a Suprema Corte tem nada menos de 200 volumes de jurisprudência. Na prática, significa uma Carta imensa que atrela o presidencialismo ao Poder Judiciário dos EUA: "Enxuta... Isso não representa nada. É só uma palavra" — observa.

O senador lembrou que a origem da Comissão de Sistematização é portuguesa e, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — que ganhou seu nome e foi criada pelo presidente Sarney —, sua conveniência mereceu alusão e acabou encaixada como uma espécie de mito na Constituinte. A Comissão Afonso Arinos também mencionou as comissões temáticas, que se transformaram agora em realidade.

Na história das Constituintes brasileiras, essas comissões foram quase rotina, recorda o senador. Em 1823, uma preparou um projeto; em 1834, houve a Comissão dos 5; em 1934, surgiu a Comissão do Itamaraty, presidida por Afrânio de Melo Franco, pai de Arinos. Só em 46 a prática não se repetiu, pois entre a queda de Getúlio Vargas até a promulgação da Constituição se passaram menos de oito meses. Falhou tempo.

Leda Flora

REAJUSTES ABUSIVOS - INDES Não pague reajustes de parcelas fora da lei. Não se deixe extorquir individualmente. Reajist. Tel. (011) 259-6817 - 231-4174.

JURIS ABUSIVOS Não pague o que deve. Não se deixe extorquir. Recorra de volta a quem pagou indevidamente. (011) 259-6817 - 231-4174.

PMDB GANHOU A ELEIÇÃO MAS ARRUINOU A NAÇÃO

Está havendo uma tentativa da direita — da direita ideológica — que coincide com os problemas e o fim do Plano Cruzado, mas é preciso ter claro que não se pode ganhar no jogo quando se perde a eleição. Tragicamente, afirmou ontem no Palácio dos Bandeirantes um dos principais assessores do ministro Dilsen Funaro, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. A missão peemedebista da Economia, professora Maria da Conceição Tavares, explicou recentemente pela televisão que, como economista, se havia oposto ao adiamento das medidas corretivas do Plano Cruzado, em julho do ano passado. Simbolicamente, como política, o adiamento havia dado a vitória ao PMDB nas eleições de 15 de novembro.